FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
Direito das Obrigações II
Exame Final (Época de Recurso Coincidências) – Turma Noite – 28 de Julho de 2021
Duração: 90 minutos

I

Os irmãos A, B e C compraram um carro a D, pelo preço de € 9.000, tendo ficado convencionado que o preço seria pago seis meses depois da entrega do carro e que poderia ser exigido a qualquer um dos compradores. O automóvel foi entregue imediatamente a A, pois este seria o único que o usaria (só A tinha a carta de condução). Chegada a data do pagamento, D declarou, por escrito, aos compradores que «considerava o preço pago», uma vez que, há muito, devia a A o montante de € 12.000. Em resposta, A considerou que D não podia fazer o que pretendia. A par disso, exigiu € 6.000 aos irmãos. *Quid iuris?* (6 valores)

Obrigação com pluralidade de devedores e sua caracterização à luz do binómio solidariedade e parciaridade: art. 512.º, 513.º e 534.º. Caracterização da divisão quantitativa das partes dos devedores na obrigação (art. 516.º).

Caracterização da comunicação de D como declaração de compensação e exposição fundamentada do preenchimento dos respetivos pressupostos (ou requisitos: art. 847.º), bem como da natureza não automática da mesma (art. 848.º). Identificação da possibilidade de extinção da obrigação plural por meio de compensação (art. 523.º).

Identificação e quantificação do direito de regresso (art. 524.º).

II

E é cozinheira num restaurante de luxo, explorado por F, seu empregador. Como a sua filha, G, estuda num país distante e precisa de financiar os estudos, convencionou com F que 30% do seu ordenado mensal seria pago a G, a qual, tendo tido conhecimento do acordo, o aceitou.

- a) Suponha que E tem faltado frequentemente ao trabalho e que, em consequência, F recusa transferir o montante acordado para a conta de G. Esta, contudo, exige-lhe o pagamento acrescido de juros. *Quid iuris?* (4 valores)
- b) Suponha que G não tem empregado o dinheiro no financiamento dos seus estudos, mas em atividades lúdicas. E pede a F que pare de fazer as transferências mensais para a conta da filha. *Quid iuris?* (5 valores)

Qualificação do acordo entre E e F à luz do binómio contrato a favor de terceiro/contrato com prestação a terceiro (art. 443.º vs art. 770.º, al. a)). Enunciação breve da diversidade de regime. Para resposta à questão a) e b) seria importante a qualificação do contrato. Se se considerar que se trata de um contrato a favor de terceiro (muito duvidoso), haveria que especificar justificadamente o efeito de uma perturbação na relação de provisão (entre E e F) na relação de execução (entre F e G), regulado no art. 449.º Qualificação da recusa de pagamento do salário como tendo fundamento no sinalagma (embora duvidosamente enquadrável no art. 428.º ou 801.º). Não sendo um contrato a favor de terceiro, o meio de defesa continua a ser inteiramente oponível.

Quanto à questão b), se se considerar que se trata de um contrato a favor de terceiro (muito duvidoso), haveria que identificar a existência de uma perturbação na relação de atribuição, sublinhando, além disso, que a lei não é clara quanto ao efeito das perturbações da relação de atribuição (ou de valuta) na relação de execução, embora as regule parcelarmente (art. 451.º, n.º 2). Haveria que aplicar um princípio idêntico. Não sendo um contrato a favor de terceiro, cabe a E decidir livremente sobre a continuação do pagamento a terceiro.

III

H deve a I € 10.000 e propõe-lhe, como forma de pagamento da dívida, «ceder-lhe» os serviços da empresa que lhe limpa a casa durante um ano. I aceita considerando a dívida saldada, mas, depois de um mês de trabalho regular, a empregada começa a faltar periodicamente ao trabalho. *Quid iuris?* (5 valores)

Qualificação do contrato: dação em cumprimento ou novação subjetiva? (art. 837.º vs 858.º). Em qualquer caso, há que estabelecer o efeito do incumprimento pela empresa no acordo entre H e I. Sendo uma dação, haveria que aplicar um princípio inspirado na solução do art. 838.º. No regime da novação, o incumprimento da nova obrigação aparentemente não faz renascer a anterior (cf. o art. 860.º, *a contrario*).

Quanto à «cedência dos serviços», colocar-se-ia a questão da qualificação da mesma como cessão de créditos, mas duvidosamente admissível (sem consentimento do devedor) dado que a configuração da prestação depende da pessoa do credor (art. 577.º, n.º 1).